Memória da Reunião do Conselho do dia 10/06/2019

Local:
Edifício da Administração Central - Rua da Praça do Relógio, 109, sala de reuniões do SIBi, bloco L, andar térreo, Cidade Universitária campus Butantã, São Paulo, SP

Presentes:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins (Presidente)	IAU	Campus de São Carlos
Prof. Dr. Carlos Ferreira dos Santos	FOB	Campus de Bauru
Prof.ª. Drª. Elisabete Maria Macedo Viegas	FZEA	Campus de Pirassununga
Prof. Dr. José Afonso Mazzon	FEA	Campus da Capital
Prof. Dr. José Vicente Caixeta Filho	ESALQ	Campus de Piracicaba
Prof. Dr. Raymundo Soares de Azevedo Neto	PUSP-QSD	Prefeito do Quadrilátero Saúde / Direito
Prof. Dr. Renato Figueiredo Jardim	EEL	Campus de Lorena
Prof.ª. Drª. Rosária Ono	FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Ausente justificado:
Prof. Dr. Cristiano Roque Antunes Barreira (Vice Presidente) EEFERP Campus de Ribeirão Preto

Convidados:
Prof. Dr. Francisco Ferreira Cardos - Superintendente da SEF
Arq. Gemma Pons Vilardell Agnelli – Chefe da Divisão de Planejamento e Arquitetura
Eng. Marco Antonio de Lima Aristondo – Divisão de Engenharia e Obras

Início: Apresentação feita pelo Superintendente

Assuntos abordados:

1. Foi perguntado se não haveria como planejar o atendimento às diferentes solicitações feitas pelo Sistema Acrópole, de modo semelhante ao que se faz com as do Plano de Obras;
2. Foi perguntado se os recursos retirados ao fim do ano retornavam à SEF e mencionado a importância de gastá-los neste exercício porque poderiam não retornar. Foi salientada a importância de usar os recursos na sua totalidade ainda este ano;
3. Após a fala sobre o projeto Facilities o representante da FEA indicou que a sua unidade poderia se candidatar a participar do projeto piloto. Foi explicado que, pelas características da FEA (uma unidade aparentemente sem problemas de manutenção), não serviria como modelo desejado para o primeiro contrato. A intenção é uma unidade pequena, mas típica, como o IME ou IP; a opção pelo IME foi defendida pelo Superintendente, sem que tenham ocorrido objeções;

4. Foi solicitado pelo Conselho que o relatório da acessibilidade fosse encaminhado às Unidades com orientações do que elas poderiam fazer por conta própria e que seria importante poder antecipar-se ao Ministério Público. Ainda neste tema foi comentada a situação de São Carlos, pressionada por um TAC que impôs o atendimento a um relatório das desconformidades no campus elencadas pelo CREA com prazo de vencimento em 2019;
5. Foi mencionado que no que, se refere à prevenção e combate a incêndios, o Corpo de Bombeiros tinha poder para interditar prédios[1]. Foi informado o encontro para dirigentes organizado pela Corregedoria do Estado e que não seria conveniente a ida de todos os dirigentes de unidades da universidade, que tampouco tem controle sobre o que acontece nas edificações. O mais adequado seria a participação de uma delegação da SEF;
6. Foi mencionada a montagem de um protótipo a ser contratado para o desenvolvimento do projeto em BIM da nova portaria do CIENTEC, bem como dos critérios adotados para escolha do projeto, ou seja: pertencente ao Plano de Obras, sem pressão externa tipo Ministério Público e que pudesse reunir todas as disciplinas de projeto;
7. Foi mencionado que para o Plano Plurianual provavelmente haverá crescimento de recursos em 2020, 2021 e 2022 e que no segundo semestre uma revisão do Plano será submetida ao CO;
8. A nova portaria da PG facilitará a execução de obras ao adotar os modelos padrão sem que os editais precisem passar por ela, agilizando todo o processo.
9. Explicou-se a classificação dos itens do Plano de Obras em quatro grupos:
   1º. Grupo: necessidade de priorização detectada pela SEF (urgências, MP...) e priorização também indicada pela Unidade;
   2º. Grupo: necessidade de priorização detectada pela SEF (urgências, MP, etc.);
   3º. Grupo: unidade considera prioritário, porém não se enquadra nos critérios de priorização da SEF (estabelecidos desde 2015 pelo Conselho – riscos à segurança das pessoas e do patrimônio e notificações de MP ou outros órgãos fiscalizadores);
   4º. Grupo: solicitação com nenhuma prioridade reconhecida;
10. Submeteram-se os novos itens acrescidos no Plano de Obras à aprovação do Conselho;
11. Foi comentado que em São Carlos há uma comissão de docentes para assuntos acadêmicos que também analisa o mérito de novas construções;
12. Dadas às deficiências de nosso parque construído, novos prédios apenas poderiam ser autorizados se executados com recursos das próprias unidades;
13. A situação das unidades é muito variada, inclusive porque algumas foram muito bem atendidas em gestões anteriores em detrimento de outras, e que para melhor avaliação deveríamos ter Planos Diretores a orientar suas necessidades de melhoria e crescimento, e que não há Planos para muitas unidades;
14. Os planos diretores dos campi também deveriam sofrer novas avaliações e atualizações pelas Prefeituras a fim de diminuir assimetrias. As Prefeituras também devem passar a informar situações de obras e projetos em andamento;

[1] Na palestra ocorrida no encontro foi esclarecido que uma fiscalização somente pode acontecer mediante ordem escrita e expedida pelo Corpo de Bombeiros, conforme Plano de Fiscalização aprovado pela corporação. Na formulação do Plano, eles consideram requisições judiciais, denúncias (de preferência não anônimas) e o planejamento do próprio CB.

Rua da Praça do Relógio, nº 109, Bloco K | Cidade Universitária | São Paulo | SP
CEP: 05508-050 | www.sef.usp.br | sef@usp.br

15. Foi mencionado o caso do Cebimar (com poucos pesquisadores e alunos), que teve incluído no Plano de Obras a elaboração de um projeto executivo do seu prédio de pesquisas, porém não está justificado o elevado investimento para a sua construção;
16. Faltam em muitas situações mais elementos (justificativas acadêmicas) para subsidiar a decisão do Conselho em situações que não atendem aos critérios anteriormente mencionados. Faltam indicadores acadêmicos que justifiquem novas construções (o representante de Piracicaba mencionou que poderia trabalhar nesta questão e estabelecer os critérios norteadores);
17. Foi também mencionado que a SEF não pode apenas aceitar projetos encaminhados pelas Unidades só porque estes projetos foram contratados por elas. A SEF deveria ser apenas informada das necessidades e ser responsável pelos projetos antecipando-se às necessidades efetivas das unidades;
18. Lembrar que novos prédios aumentam o passivo e os custos de operação e manutenção da universidade. Perguntou-se como fazer a gestão destes prédios. Lembrou-se ainda das obras paradas da gestão do Prof. Rodas como o Centro de Convenções e o Parque dos Museus;
19. Constatou-se que, apesar de recursos aparentemente sem possibilidade de gasto, se tivéssemos condições de atender todo o passivo, estes recursos não seriam suficientes;
20. Foram aprovadas as inclusões de solicitações dos 1º. e 2º. Grupos, pois já haviam passado pela análise da SEF;
21. No caso das solicitações envolvendo os novos prédios para o Cebimar e IGc haveria necessidade de que as próprias unidades interessadas justificassem academicamente a necessidade e os benefícios para a universidade destas novas construções e estas razões seriam avaliadas numa próxima reunião de Conselho;
22. No caso do interior foram liberados recursos para intervenções que signifiquem melhorias coletivas para os campi (iluminação, viário, etc.). Também foram autorizadas aquelas demandas do interior que atendem aos critérios de priorização e as antecipações de itens já previstos para os próximos anos;
23. Foram solicitados recursos do Plano de Obras para a contratação de projeto para novo edifício da FZEA e para a EEFERP, os quais não foram autorizados pelo Conselho que solicitou que os mesmos fossem incluídos no 3º. Grupo do Plano e avaliados na próxima reunião em conjunto com os demais dos grupos 3º e 4º. Foi lembrado que o Plano não estava aberto a novas solicitações para todas as unidades;
24. Para a próxima reunião foi solicitado apresentação de previsão de realização do orçamento até o final do ano;
25. Foi proposto que as próximas reuniões aconteçam em rodízio pelos campi e que os participantes indicassem duas possibilidades de dias da semana para agosto. O prof. Caixeta ofereceu o *campus* de Piracicaba para acolher a próxima reunião, e a proposta foi a princípio aceita.

GPVA / FFC